

Secretaria de
Estado da
Educação



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 2235, de 25 de abril de 2024

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que o cargo lhe confere e nos termos da Lei Estadual 13.666 de 27 de julho de 2000, alterada pelas Leis 14.306 de 12 de novembro de 2002, 15.557 de 16/01/2006, 18.036 de 07 de junho de 2013.

RESOLVE:

I - AUTORIZAR, a transferência de recursos financeiros no valor total de **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais) à Unidade Executora do **Conselho Escolar Colégio da Polícia Militar Goiás - Unidade Carlos Cunha**, inscrito no CNPJ: 05.062.123/0001-70, situado na Avenida Presidente Vargas, Bairro: Parque Industrial II, no município de Rio Verde, jurisdicionada a Coordenação Regional de Educação de Rio Verde, constante no Processo nº 202400006012676, de 29 de janeiro de 2024.

II - ESTABELECER, que o numerário deverá ser creditado à Conta nº 616503-6, Banco do Brasil - 001, Agência: 0221-6, conforme **REX nº 3731**.

III - ESCLARECER, que o referido numerário destina-se para atendimento de despesas com investimento na área da educação no Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás - Unidade Carlos Cunha, no município de Rio Verde, conforme disposto no espelho da Emenda Parlamentar nº 337/2023 (56265931), e na Lei Orçamentária Anual – LOA 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 24.200, em 10 de janeiro de 2024 (56265905), conforme Comunicação nº 363/2024/SEDUC/GCR (58707365), Despacho nº 688/2024/SEDUC/GCR (58777306) e as demais informações contidas nas documentações anexas, Despacho nº 393/2024/SEDUC/DOFI (59248301) e Despacho nº 0882/2024/SEDUC/SPF59368554), e o empenho deverá ser de acordo com a Programação de Desembolso Financeiro PDF (59248301) anexo.

IV - DETERMINAR, que os recursos deverão ser aplicados até **180 (cento e oitenta) dias** pelo (a) responsável não podendo ser utilizado após a expiração do prazo estabelecido, salvo eventualidade que justifique a prorrogação devidamente autorizada, pela Secretária.

V - DETERMINAR, ao Presidente do Conselho Escolar que promova o procedimento licitatório e/ou dispensa de licitação, de acordo com as comissões especiais formadas por um servidor efetivo da Coordenação, dois servidores efetivos da unidade escolar e um membro do Conselho Escolar da unidade interessada, exceto seu presidente e também o membro da Comissão de Execução Financeira responsável pelos atos legais do Conselho, aplicando sempre a legislação vigente (Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21 Art. 5º e Súmula 177-TCU); ressalvados os casos de situações de dispensas do Art. 75, Incisos I e II e de aditivos aos contratos, os quais independem do procedimento licitatório.

VI - EXIGIR, quando da prestação de serviços com utilização de mão de obra ou na execução de obras:

- I - Certidão Negativa do INSS;
- II - Certidão do Fundo de Garantia;
- III - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- IV - Guia de Recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social;
- V – Resumo da Folha de Pagamento Mensal.

VII - ESCLARECER, que as obras/serviços ou compras/prestações de serviços só poderão serem iniciados quando os recursos financeiros forem depositados na conta do Conselho.

VIII - DETERMINAR, que o recebimento no caso de serviços/compras será atestado por dois dos membros definidos no item V.

IX – DETERMINAR, que a prestação de contas deverá ser encaminhada a SEDUC até 30 (trinta) dias após o término no prazo de aplicação, observando art. 13 da Lei 13.666/2000, alteração pela Lei 14.306/2002 e Resolução nº 002, de 15 de fevereiro de 2023.

CUMPRA-SE.

Profª Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira
SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA DE FATIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, Secretário (a) de Estado**, em 25/04/2024, às 15:38, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **59492243** e o código CRC **B5DFA0EE**.

COORDENAÇÃO DO PROESCOLA

AVENIDA QUINTA AVENIDA 212 Qd.71, - Bairro SETOR LESTE VILA NOVA - GOIANIA - GOIÁS - CEP 74643-030 - (62)3220-9723.



Referência: Processo nº 202400006012676



SEI 59492243